

A experiência de **construção** da **POLÍTICA NACIONAL** de **EDUCAÇÃO MUSEAL**

DALVA DE PAULA
DANIELE DE SÁ ALVES
FERNANDA CASTRO
KÁTIA FRECHEIRAS
LUCIANA CONRADO MARTINS
MÔNICA FONSECA
RAFAELA GUEIROS
OZIAS DE JESUS SOARES

Apresentação da PNEM: demanda do campo e história

O campo museal brasileiro experimentou um crescimento substancial nas últimas três décadas do século XX, no entanto ainda enfrenta desafios de diversas ordens: seja na distribuição equânime de instituições museais em todas as regiões do país; ou na estruturação e gestão das instituições existentes, considerando seus aspectos financeiros, de pessoal qualificado e atendimento à ampla diversidade e às demandas dos seus públicos. Nesse cenário, somam-se outros desafios relativos ao cumprimento efetivo da função educativa dos museus.

Diferentes iniciativas de políticas públicas da área da cultura, nas quais se inserem os museus,

podem ser observadas ao longo do século XX no Brasil. De modo geral, essas iniciativas se caracterizaram pela descontinuidade e necessidade de maior consolidação, próprias de um modelo que desprestigia políticas de Estado e ressalta políticas de governo¹. Em 2017, comemoramos os noventa anos da formalização do primeiro setor educativo de museus no Brasil² e, em 2018, os duzentos anos de museus no Brasil. Temos, entretanto, um

1. RUBIM, Antônio Albino Canelas. Políticas culturais do governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 31, n. 1, jan.-jun. 2008, pp. 183-203. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/1242/1/Antonio%20Albino%20Canelas%20Rubim3.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2017.

2. Trata-se da Seção de Assistência ao Ensino, setor educativo ainda em atividade no Museu Nacional da UFRJ, criado em 1927, por Edgard Roquette-Pinto.

quadro pouco alentador que indica a inexistência de setores educativos em metade dos museus brasileiros (Ibram, 2011, p. 120)³. Igualmente, ainda há um caminho a percorrer no que se refere aos documentos orientadores e sistematizadores da gestão e, em especial, da educação museal. Tais dados encontram-se entre um amplo conjunto de diagnósticos, demandas e proposições apresentados por educadores e educadoras museais na Plataforma Virtual do Programa Nacional de Educação Museal, lançada no ano de 2012, no V Fórum Nacional de Museus, proporcionando consultas e debates para a construção de uma Política Nacional de Educação Museal (PNEM).

Embora não elida a existência de conflitos e tensões, entendemos que uma política efetiva deve ser precedida de debates e amadurecimento do campo. Nessa direção, contabiliza-se um acúmulo de encontros com educadores e educadoras museais, tomando-se como base o I Encontro de Educadores de Museus do Ibram, em 2010.⁴ Fruto desse Encontro, a Carta de Petrópolis⁵ descortinou a construção da

PNEM, servindo de base para os tópicos da consulta pública. Essa política deve ser vista sob a perspectiva de respostas e demandas do campo neste momento histórico e se somar aos demais marcos estruturantes e legais elaborados nas últimas duas décadas.

A PNEM foi construída a partir de movimentos complementares: remetendo-se à metodologia utilizada em outras experiências de elaboração participativa de políticas públicas, haja vista o exemplo das três Conferências Nacionais de Cultura (2005, 2010, 2013), da construção da Política Nacional de Museus (2003) e do Plano Nacional Setorial de Museus (2010) – este, em especial, por respeitar as demandas e sugestões surgidas nos processos de consulta pública. Foram criadas metodologias próprias, pensadas a partir do núcleo coordenador da PNEM e debatidas democraticamente com os participantes, em diferentes etapas da construção

“A construção da PNEM teve início no âmbito do Programa Nacional de Educação Museal, que tinha como princípio a participação e colaboração da sociedade civil, a fim de democratizar a discussão acerca dos conteúdos propostos no Fórum Virtual”.

3. IBRAM. Museus em números. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011, v. 1.

4. Realizado no Museu Imperial, na cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro, entre 19 e 23 de novembro de 2012.

5. Inicialmente chamado de Programa Nacional de Educação Museal (PNEM), o debate amadureceu na direção da consolidação de uma Política Nacional de Educação Museal, retomando a proposta inicial exarada na Carta de Petrópolis (2010), que tinha como mote a elaboração de “subsídios para a construção de uma Política Nacional de Educação Museal” (IBRAM, 2010).

“O desafio era estruturar um documento passível de ser debatido publicamente e que respeitasse as discussões realizadas pelos profissionais da área”.

da política: Fórum Virtual; 23 Encontros Regionais e dois Encontros Nacionais.

Como referência para o debate e a construção de propostas, foram utilizados para consulta e comparação de resultados outros documentos do campo da cultura e dos museus no Brasil: Plano Nacional de Cultura (PNC); Metas do Plano Nacional de Cultura; Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM); Política Nacional de Museus (PNM); Lei n. 11.904, de 14 de janeiro de 2009 – Estatuto de Museus; Documento Preliminar do Programa Nacional de Educação Museal; Carta de Belém – princípios e parâmetros para a criação e posterior implementação da Política Nacional de Educação Museal.⁶

6. Essa documentação está disponível no blog da PNEM, no endereço eletrônico <http://pnem.museus.gov.br/textos>.

De Programa a Política

A construção da PNEM teve início no âmbito do Programa Nacional de Educação Museal, que tinha como princípio a participação e colaboração da sociedade civil, a fim de democratizar a discussão acerca dos conteúdos propostos no Fórum Virtual. A princípio, previa-se essa etapa e uma plenária presencial, no entanto, foram surgindo novas demandas.

Nesse processo, contamos com a participação dos coordenadores dos grupos de trabalho, que mediarão os debates – distribuídos, inicialmente, em nove eixos temáticos.⁷ Os coordenadores foram escolhidos conforme suas afinidades e envolvimento com a área e a temática desenvolvida. Interessante ressaltar que todos faziam parte do quadro de servidores do Ibram, em sua maioria atuando nos museus vinculados ao órgão. A partir da sistematização do que foi discutido no fórum virtual, produziu-se o Documento Preliminar (DP) do PNEM, com propostas de diretrizes, estratégias e ações. Para dinamizar o debate desse documento, também foi criado o papel dos articuladores, que, de forma voluntária, atuaram na mobilização da comunidade, sensibilizando-a e incentivando sua participação, contribuindo para

7. São eles: (1) Perspectivas conceituais; (2) Gestão; (3) Profissionais de educação museal; (4) Formação, capacitação e qualificação; (5) Redes e parcerias; (6) Estudos e pesquisas; (7) Acessibilidade; (8) Sustentabilidade; e (9) Museus e comunidade. Ao final da sistematização das propostas, os coordenadores resolveram incluir mais um GT – (10) Comunicação – devido aos comentários e sugestões encaminhados pelos participantes.

federação.⁸ A princípio, as propostas elencadas em cada estado e agregadas ao DP seriam apresentadas em um encontro nacional, definindo, assim, a política. Avaliou-se, entretanto, que, diante do grande número de propostas, só seria possível eleger os princípios da PNEM em um primeiro encontro nacional, ficando para um segundo momento o seu desfecho. O Decreto nº 8.243, de 2014, que institui a Política Nacional de Participação Social, com o objetivo de fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil, fundamentou a realização, em 2014, do I Encontro Nacional do Programa Nacional de Educação Museal (I ENP), em Belém (PA), que apresentou os cinco princípios da PNEM, na Carta de Belém. Esse decreto reforçou positivamente todo o processo, mas um questionamento inquietava: como finalizá-lo?

As alterações do DP compuseram um documento que contabilizava quase quatrocentos itens, entre diretrizes, estratégias e ações. Um documento dessa magnitude não era passível de ser levado para discussão em assembleia, sob pena de inviabilizar os trabalhos. Dessa forma, foi contratada uma consultoria que teve como missão sistematizar, em parceria com a equipe PNEM/Ibram, um documento final (DF) para ser definido no II ENP.

O desafio era estruturar um documento passível de ser debatido publicamente e que respeitasse as discussões realizadas pelos profissionais da área. Para isso, realizou-se um trabalho de: supressão de textos que já estavam contemplados nos princípios da Carta de Belém ou que não eram específicos de uma política de educação museal; de aglutinação de propostas que tratavam do mesmo assunto e de incorporação de temas importantes não contemplados ou considerados apenas em estratégias e ações.

Nesse contexto, optou-se por levar para a assembleia do II ENP, realizado em Porto Alegre (RS) nos dias 1º e 2 de junho de 2017, no âmbito do VIII Fórum Nacional de Museus, apenas diretrizes, para a estruturação de parâmetros que fortalecessem as boas práticas educativas museais e o amplo alcance e permeabilidade em diferentes realidades. Considerou-se que, ao priorizarem-se as diretrizes, o foco seria o estabelecimento de parâmetros norteadores sólidos, que serviriam de base para a definição de estratégias e ações em cada contexto museal específico.

Com ampla presença das REMs, a assembleia que votou o DF preservou grande parte do texto proposto, sugerindo alterações e acréscimos pontuais, o que demonstra a ressonância da proposta junto aos participantes do campo da educação museal. A partir daquele momento, manifesta-se o desafio de tornar a PNEM uma política pública com permeabilidade e aderência entre os educadores, nas instituições, nos

8. AM, BA, CE, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PE, PB, RJ, RS, SC, SP.

“Como sensibilizar gestores, equipes internas e a própria sociedade sobre a importância de ampliação do acesso ao patrimônio musealizado por meio da educação?”.

hoje, o Brasil conta com uma Rede de Educadores em Museus nacionais (REM-Brasil) que mantém coligados profissionais em constante troca de informações, o que acarreta o fortalecimento e a visibilidade desse campo.

Ter o conjunto dessa construção democrática publicado oficialmente na Portaria n. 422, de 30 de novembro de 2017, é um passo em direção ao reconhecimento profissional e, principalmente, conceitual, que muitas vezes é negado por contextos políticos, econômicos e culturais. Almeja-se que seus efeitos possam ser adequadamente mensurados, monitorados, avaliados e aprimorados, fazendo com que a sociedade seja a maior beneficiária. Espera-se que, enquanto política pública, a PNEM gere transformação e desenvolvimento social.

Um dos maiores desafios à frente é a sua implementação ante um panorama no qual a educação ainda é vista como uma função de pouco prestígio em muitas instituições museais (SEIBEL-MACHADO,

2009; VALENTE, 2003; MARTINS & MARANDINO, 2013)⁹. Estabelecer uma agenda de implementação da PNEM com metas e indicadores de avaliação em curto, médio e longo prazos é um dos caminhos, ainda que não estejam totalmente circunscritos, para a viabilização dessa política. Outro aspecto desafiador é a própria diversidade dos museus e dos processos museais nacionais. Essa multiplicidade, ao mesmo tempo em que gera a riqueza das ações educacionais, é desafiadora do ponto de vista da implementação: como capilarizar a PNEM para além dos próprios setores educativos? Como evidenciar a necessidade de consolidação de processos educacionais museais para instituições que têm apenas duas ou três pessoas trabalhando? Como sensibilizar gestores, equipes internas e a própria sociedade sobre a importância de ampliação do acesso ao patrimônio musealizado por meio da educação?

Ainda que, para essas perguntas, não se tenham respostas imediatas, refletir sobre elas já é, em si, parte do processo de implementação da PNEM. Algumas discussões já empreendidas pelos

9. SEIBEL-MACHADO, Maria Iloni. O papel do setor educativo nos museus: análise da literatura (1987 a 2006) e a experiência do Museu da Vida (tese). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009; VALENTE, Maria Esther. A conquista do caráter público do museu. In: GOUVÊA, Guaracira; MARANDINO, Martha; LEAL, Cristina (orgs.). Educação e museu: a construção social do caráter educativo dos museus de ciência. 1. ed. Rio de Janeiro: ACCESS, 2003, v. 1, pp. 21-46; MARANDINO, Martha; MARTINS, Luciana. Políticas de financiamento da educação em museus: a constituição das ações educacionais em museus de artes plásticas, ciências humanas e ciência e tecnologia. Ensino Em Re-Vista, Uberlândia, Edufu, v. 20, n. 1, jan.-jun. 2013, pp. 57-68.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBRAM. *Museus em números*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011, v. 1.

MARANDINO, Martha; MARTINS, Luciana. Políticas de financiamento da educação em museus: a constituição das ações educacionais em museus de artes plásticas, ciências humanas e ciência e tecnologia. *Ensino Em Re-Vista*, Uberlândia, Edufu, v. 20, n. 1, jan.-jun. 2013, pp. 57-68.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Políticas culturais do governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 31, n. 1, jan.-jun. 2008, pp. 183-203. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/1242/1/Antonio%20Albino%20Canelas%20Rubim3.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2017.

SEIBEL-MACHADO, Maria Iloni. O papel do setor educativo nos museus: análise da literatura (1987 a 2006) e a experiência do Museu da Vida (tese). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

VALENTE, Maria Esther. A conquista do caráter público do museu. In: GOUVÊA, Guaracira; MARANDINO, Martha; LEAL, Cristina (orgs.). *Educação e museu: a construção social do caráter educativo dos museus de ciência*. 1. ed. Rio de Janeiro: ACCESS, 2003, v. 1, pp. 21-46.